



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social – O trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: uma análise a partir das comunicações orais apresentadas no ENPESS em 2014 e 2016

Claudiana Tavares da Silva ¹

Eduardo Luis Couto²

Mabel Mascarenhas Torres³

RESUMO Este artigo apresenta uma análise sobre o trabalho do assistente social, a partir da leitura das comunicações orais apresentadas ENPESS de 2014 e 2016. Trata-se de pesquisa qualitativa, para identificar o debate sobre o trabalho deste profissional. A maioria das comunicações vincula-se a programas de pós graduação stricto sensu, e, foram construídas a partir de revisão de literatura; pesquisa documental e sistematização do trabalho profissional, que foi apresentado a partir do exercício profissional realizado pelo assistente social; dos instrumentos técnico-operativos; das condições de trabalho, enfocando a precarização do trabalho e adoecimento do profissional; o assalariamento do assistente social.

Palavras chave: Serviço Social; Exercício profissional; condições de trabalho; instrumentos técnico-operativos

ABSTRACT This article presents an analysis on the work of the social worker, from the reading of the oral presentations presented ENPESS of 2014 and 2016. It is qualitative research, to identify the debate about the work of this professional. Most of the communications are linked to stricto sensu graduate programs, and have been constructed from literature review; documentary research and systematization of professional work, which was presented from the professional exercise performed by the social worker; technical and operational instruments; of working conditions, focusing on the precariousness of work and sickness of the professional; the social worker's salary.

Keywords: Social Service; Professional exercise; work conditions; technical-operative instruments

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise acerca do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nas políticas públicas e sociais. Trata-se do resultado de uma pesquisa documental, cuja

¹ Assistente social, professora colaboradora do curso de Serviço Social da UEM/PR, mestre e doutoranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL/PR, clautavares@hotmail.com

² Assistente social, mestre e doutorando em Serviço Social e Políticas Sociais pela UEL/PR, eduardo_couto@outlook.com

³ Assistente Social, Professora associada do curso de Serviço Social da UEL/PR, doutora em Serviço Social pela PUC/SP, mabeltorres2009@gmail.com



base empírica se construiu a partir dos anais de congressos nacionais e internacionais realizados no Brasil, da área de Serviço Social. Para fins deste artigo, foram analisados os artigos apresentados na modalidade comunicação oral, publicadas nos ENPESS de 2014, realizado na cidade de Natal – RN e o ENPESS de 2016, realizado na cidade de Ribeirão Preto – SP. Nos ENPESS citados foram publicados 1719 (hum mil setecentos e dezenove) trabalhos completos na modalidade comunicação oral; 187 (cento e oitenta e sete) apresentados em forma de pôster. Identificou-se também que 50 (cinquenta) comunicações foram apresentadas nas Mesas Coordenadas. Analisando o conjunto aqui apresentado, 95 (noventa e cinco) trabalhos completos trataram do trabalho do assistente social. Este número representa 4% do total dos trabalhos completos publicados. Os trabalhos analisados foram selecionados a partir das seguintes palavras chaves: exercício profissional – trabalho do assistente social – prática profissional – ação profissional. A leitura dos trabalhos foi direcionada para duas questões: as informações que deram origem e sustentação ao artigo e o modo como os autores apresentaram as discussões acerca do trabalho do assistente social. Quanto as informações, foi possível identificar que os autores dos trabalhos partem majoritariamente da revisão de literatura, apresentando os autores que discutem a profissão e o trabalho do assistente social. Dos autores referenciados destaca-se a produção de Marilda Vilela Yamamoto, José Paulo Netto, Maria Lucia Martinelli, Yolanda Guerra, Rachel Raichelis, Ney Almeida e Mônica Alencar. Nas pesquisas documentais, identifica-se a análise dos marcos legais das políticas públicas e sociais e os marcos legais da profissão, destacando o Código de Ética e as resoluções do conjunto CFESS/CRESS. Quanto a sistematização das experiências de trabalho, observou-se que não se trata apenas do relato de experiência em si, mas da construção de apontamentos sobre o processo de execução da sistematização das ações cotidianas, a apresentação de resultados de pesquisas desenvolvidas, sobressaindo a atitude investigativa, essencial ao trabalho do assistente social. A maioria das comunicações com base em revisão de literatura e pesquisa documental origina-se de pesquisa de pós graduação, para elaboração de dissertações e teses, indicando que a pesquisa ainda está em andamento e os dados e informações apresentados referem-se aos resultados parciais. Outra incidência no material pesquisado decorre dos resultados de pesquisas executadas em grupos de pesquisas, sediados em universidades e certificados pela CAPES, identificando que há pesquisas que tomam a profissão e o trabalho do assistente social como objeto de investigação. A minoria dos autores apresenta-se como “autor individual”, sem vinculação com unidades de ensino, ou mesmo participação em grupos de estudos e pesquisa. Após a leitura dos trabalhos, identificou-se que há algumas tendências nas pesquisas sobre o trabalho profissional. Uma é que o trabalho pode ser compreendido pelas condições de assalariamento do assistente



social. Outra, indica que o trabalho profissional se explicita por meio das dimensões constitutivas da profissão, especialmente a ética, a política e a dimensão interventiva, enfatizando as atividades e os instrumentos técnico operativos. Outra ainda indica que o trabalho pode ser conhecido a partir das condições de trabalho, especialmente os aspectos relacionados a precarização do trabalho e o adoecimento do profissional. Outra que apresenta o trabalho a partir da inserção do assistente social como trabalhador nas políticas públicas e sociais. Isto posto, ficou claro que o trabalho do assistente social é analisado de múltiplas formas, indo ao encontro da sua complexa forma de se concretizar na sociedade do capital. Para este artigo, serão analisadas as tendências que apresentam o trabalho profissional a partir da inserção do assistente social como trabalhador nas políticas públicas, destacando as condições objetivas de trabalho e de assalariamento.

2. O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO: A DIMENSÃO INTERVENTIVA E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão caracterizada pela sua natureza analítica e interventiva, inscrita na divisão social e técnica do trabalho. É uma profissão cujos marcos regulatórios são identificados pela lei 8662/1993, que estabelece as competências e atribuições privativas; pelo Código de Ética de 1993, que estabelece os princípios, os direitos e deveres éticos a serem respeitados pelos assistentes sociais e pelas as Diretrizes Curriculares de 1996, que definem a direção para a formação profissional a partir dos fundamentos e do trabalho profissional. Estas legislações e diretrizes, bem como as demais resoluções elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS, se constituem-se em um arcabouço que consolida um projeto profissional, ao mesmo tempo que estabelece parâmetros para reafirmar a direção na perspectiva dos direitos humanos e sociais para o trabalho do assistente social. Observa-se que o Serviço Social é uma profissão requisitada pelo Estado e suas instâncias para atender às necessidades sociais - especialmente aquelas do campo da subsistência, experienciadas pela classe trabalhadora. Fica clara a relação essencial entre o desenvolvimento econômico do capital e as necessidades experienciadas pela classe trabalhadora, decorrentes das expressões da “questão social” destacando as expressões da violência; as questões consequentes da precarização do mundo do trabalho; as questões procedentes do pauperismo, da pobreza e do empobrecimento da classe trabalhadora. Contratado majoritariamente pelo Estado, o assistente social atua nas mais diversas políticas públicas, sendo solicitado a planejar, executar, monitorar e avaliar as ações que concretizam os objetivos destas políticas. Contratado como profissional



assalariado, desenvolve ações nos programas, projetos e serviços vinculados às políticas públicas e sociais. Ainda nesta direção é preciso indicar que o assistente social vai lidar cotidianamente com as exigências e as determinações administrativa e burocráticas do Estado, vai forjar “[...] novos padrões comportamentais e de difusão de valores que atuam na conformação do trabalho à sociabilidade burguesa [...]” (ALMEIDA, ALENCAR, 2015, p. 163). Nas políticas públicas e sociais o assistente social atuará sob a imposição do controle do Estado sobre o trabalho, o que resultará na padronização e uniformização das ações cotidianas; no viés burocrático, rotineiro e repetitivo das atividades executadas nas políticas públicas e sociais. Aqui se colocam algumas questões essenciais para o trabalho profissional: será requerido ao assistente social a realização de ações que reforçam as normativas das políticas, reproduzindo a lógica procedimental e de uniformização de padrões de ações. Outra questão é que esta requisição vai implicar no reconhecimento do usuário trabalhador, como beneficiário dos serviços das políticas, destituído de sua condição de classe. Mesmo assim, observa-se que o assistente social vai colocar em questionamento essas requisições, e, buscará alternativas para construir outras ações que coloquem em evidência as necessidades vivenciadas pela classe trabalhadora. As pesquisas de Torres (2014, 2015) indicam que o assistente social realiza a gestão dos serviços apenas às políticas públicas e sociais; ações nas instâncias de controle social; a orientação social direcionada aos indivíduos e as famílias com vistas à ampliação do acesso aos direitos sociais. Afirma compromissos com os interesses dos trabalhadores e para isto defende os direitos humanos e sociais como essenciais; valoriza a qualidade dos serviços ofertados como relevante para o acesso dos usuários, contribuindo para a construção do sistema de proteção social previsto no ordenamento das políticas sociais. Isto significa portanto, identificar as determinações do trabalho na sociedade capitalista e como se concretizam na esfera dos serviços. Nota-se que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é tensionado pelas contradições inerentes a sociedade capitalista. É demandado ao assistente social que conduza suas ações a partir das determinações e objetivos das políticas públicas e sociais, mas, também, durante seu processo formativo, o assistente social adquire conhecimentos que alteram seu modo de analisar a vida em sociedade. Neste sentido identificam-se alguns elementos que diferenciam a análise deste profissional dos demais que atuam nas políticas públicas e sociais, a saber: a análise da vida social sob a lógica da totalidade, ou seja, o assistente social parte das determinações constitutivas da sociabilidade burguesa, entendendo seu movimento, lógica e relações de classe, construindo mediações e apreendendo a estrutura da vida cotidiana na sociedade capitalista; reconhecimento do usuário como trabalhador, identificando sua condição de classe. Esta análise permite afirmar que o trabalho o assistente social se estabelece em



uma ambiguidade: ao mesmo tempo em que responde aos interesses do empregador, coloca em execução ações que possibilitam atender as necessidades da classe trabalhadora. Observando o trabalho realizado pelos assistentes sociais vale dizer que deve ser analisado por meio de suas particularidades, pelo modo como os profissionais analisam as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades. A atuação do assistente social é confrontada cotidianamente, tensionada pela relação de assalariamento, pela pouca visibilidade dos saberes que coloca em movimento. Ainda assim, o profissional toma os determinantes presentes na realidade social, reconhece as necessidades vivenciadas pela classe trabalhadora e busca construir estratégias interventivas que ultrapassem a perspectiva individualista requerida nas políticas sociais. O Estado, por meio das políticas sociais, atua minimizando as consequências da relação desigual entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Para tanto, o Estado requisita diversas profissões, dentre as quais o Serviço Social, para viabilizar os programas, projetos e serviços que atendam ao controle do Estado sobre a classe trabalhadora. A atuação do assistente social é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários. O capitalista estabelece uma relação de dominação com o trabalhador quando compra sua força de trabalho e se apropria do produto deste trabalho, e ainda, estabelece o valor de troca. O assistente social atua na operacionalização de programas e projetos sociais advindos das esferas governamentais, realizando ações de inclusão dos usuários, de acompanhamento do desempenho destes para atender às exigências de sua manutenção nos programas; no estabelecimento do monitoramento e a avaliação do processo e a avaliação final dos referidos programas, onde serão comparados os objetivos e metas atingidas. Neste sentido trabalha-se no cumprimento das determinações, na aplicação das etapas, na avaliação das metas. O que se observa é a pulverização de recursos financeiros, critérios claros de classificação da pobreza e algumas vezes o acompanhamento perdendo visibilidade protetiva para ganhar espaço fiscalizador. As ações acabam por ser fragmentadas, voltadas ao repasse de recursos financeiro e a fiscalização da contrapartida esperada do usuário. Analisando as comunicações orais, identificou-se que os estudos sobre o trabalho do assistente social recaem sobre a inserção do assistente social nas políticas públicas e sociais. Explicitam esta relação enfatizando desde as determinações da sociedade do capital, como a interferência da lógica e racionalidade estatal no trabalho do assistente social, como segue.

[...] identificar a relação da política social e da formação acadêmica em Serviço Social atuais com a atuação profissional tecnicista e pragmática. (CO,2014)

A inserção de assistentes sociais atende a requisições sócio-institucionais para efetivar acesso e a permanência da população (CO, 2016)



Pode-se dizer portanto que no exercício do seu trabalho nas políticas públicas e sociais, os assistentes sociais reconhecem as relações sociais e as interpreta por meio dos fenômenos sociais decorrentes da complexificação das expressões da "questão social". Neste sentido fica claro que o exercício profissional também é uma atividade social determinada pelas circunstâncias sociais objetivas e ultrapassa a vontade individual dos profissionais. A discussão acerca do trabalho desenvolvido pelo assistente social é mediada pelo modo como se inscreve no cotidiano. Assim, entende-se que o exercício profissional do assistente social é o modo como os profissionais executam o seu trabalho na trama cotidiana. Isto posto, a análise sobre o fazer profissional é determinado tanto historicamente, quanto pelas estruturas nas quais se insere e pela conjuntura da sociedade burguesa que apontarão as múltiplas respostas às também múltiplas situações que o demandarão. Sua processualidade é determinada pelos limites da sociedade do capital, que requerem tanto sua ação técnica, quanto as respostas, desenvolvidas de forma complexa nos seus diversos espaços de inserção profissional junto à gestão de políticas públicas e sociais e na administração dos serviços sociais. Essa complexidade é evidenciada pelas suas dimensões constitutivas que, para além da intervenção ou ação direta propriamente dita, mobiliza diferentes saberes e conhecimentos, em articulação e unidade na diversidade, e propiciam a apreensão da autoimagem da profissão que, a partir de uma direção social também irá apontar social e historicamente os caminhos, propostas e escolhas de ordem ética e política, teórica e metodológica que o profissional imprime ao seu trabalho cotidiano. A constituição do exercício profissional pode ser captada através de suas dimensões: técnico-operativa - aquela que possibilita a efetivação dos objetivos profissionais através de ações e técnicas, estratégias e táticas, habilidades e conhecimentos, e confere visibilidade ao exercício profissional -; teórico-metodológica - que informa os saberes e conhecimentos acionados pelo profissional - e, ético-políticas - que demonstra os valores humanos aos quais a profissão se vincula e aponta os compromissos assumidos, as intencionalidades das ações e as posições diante da realidade que o profissional expressa – e estas dimensões, numa relação de imbricamento, se explicam, qualificam e se modificam, através de suas determinações singulares. Sendo e fazendo parte do trabalho coletivo produzido socialmente o assistente social opera serviços sociais para o atendimento das necessidades sociais e também reproduz a ideologia dominante e é o atendimento dos objetivos imediatos que mobilizará a dimensão técnico-operativa. É nas respostas dadas às necessidades que tem características históricas e sociais, e que apresentam em um determinado tempo e espaço que se situa determinada legitimidade que lhe é socialmente aplicada. Nesse sentido, e ao responder a essas necessidades sociais que a dimensão técnico-operativa, ao se realizar legitima uma determinada cultura profissional constituída



que, conforme aponta Netto (1996) é a da incorporação de objetos, valores, racionalidades, técnicas e instrumentos, conhecimentos e teorias, o que faz com que a primeira seria inócua ou inexistente sem a última. Guerra (2013) aponta que o cotidiano, enquanto lócus da manifestação do exercício profissional, apresenta-se com o heterogêneo, espontaneísta, eivando inserido na imediatividade e na superficialidade extensiva das suas ações como características bem marcadas e limitadoras das capacidades de concentração, incisiva e focada, dos homens na realização de suas atividades. E é no cotidiano que a requisição das ações instrumentais, enquanto modalidade de intervenção socioprofissional se expressará através das demandas trazidas pelos usuários ou de forma mais explícita, das demandas dos usuários mediatizadas pela instituição e política de inserção profissional o que delimita este como categoria essencial para a compreensão e para a análise das expressões do exercício profissional. Para os assistentes sociais a heterogeneidade inerente ao cotidiano é expressa pelas diversas demandas que lhes são apresentadas: imediata, mediata, aparente, real, do usuário, da profissão, institucional urgente, emergente que se constituem em elementos que tanto complexifica quanto particulariza a rotina requisitiva dos espaços sócio-ocupacionais. A espontaneidade se dá a partir de determinada forma com que o assistente social irá apreender a demanda que lhe é colocada, como caracterizadora do exercício ela se expressa de maneira imediata e até irrefletida o que potencializa se o exercício profissional é subsumido irrefletidamente ao cumprimentos de rotinas, das metas produtivas e dos critérios de elegibilidade impostos institucionalmente. A ela se alia o imediatismo que reforça um tipo de resposta e resolutividade e expressa uma utilidade ao exercício profissional, que com essas características responde unicamente aos interesses da sociedade burguesa. Dessa forma o exercício expressa a superficialidade extensiva, respondendo as demandas nas suas características fenomênicas em extensão e amplitude e impossibilitando uma ação intensa concentrada e contínua. Adicionando essas características a dinâmica e as requisições institucionais às quais o profissional se submete, às condições objetivas de realização do trabalho profissional, temos situação dificultadora da reflexão acerca do exercício, do acionamento das demais dimensões do exercício enquanto prática, dando concretude a uma compreensão de que o mesmo não precisa ser mediado por teoria, não precisa acionar valores éticos, não tem uma racionalidade própria. A racionalidade do cotidiano é a do senso comum, que contrapõe a teoria à prática, considerando a primeira desnecessária, e se o exercício profissional se fundamenta nele (o cotidiano) e em sua racionalidade, sua prática se torna irrefletida o que reduz o fazer profissional a sua dimensão técnico-instrumental e que, como tal, não imprime finalidade ao exercício, em outras palavras é o fazer por fazer. Fundado na teoria crítica, na contraposição da racionalidade do senso comum e para qualificação da dimensão técnico-



operativa do exercício profissional, o cotidiano será captado, refletido e trabalhado na sua contraditoriedade, historicidade e com vistas superação da reificação e possibilitando que o profissional tenha capacidade de modificar algumas variáveis do contexto social dos usuários, buscando alterá-los, mesmo que tal alteração possa ser momentânea (NETTO, 1996, p. 93). Nesse sentido, para o exercício profissional, suas dimensões em articulação são garantidoras de uma qualificação e qualidade tanto para a atenção as demandas dos usuários quanto para as socioprofissionais, e analisando as comunicações orais identificou-se que os estudos apontam a dimensão técnico-operativa enquanto mobilizadora e potencializador desse movimento,

[...] que tem como seu elemento central o método dialético materialista, reflete sobre a importância da dimensão técnica operativa enquanto totalidade, não limitada à aplicabilidade de técnicas de intervenção (CO 2014)

[...] analisa o exercício profissional das assistentes sociais [...], buscando identificar nessa análise as demandas, condições e relações de trabalho, atribuições e competências dos agentes profissionais. (CO 2016)

É esse construto e interação de ações e conhecimentos que delimita a instrumentalidade presente na profissão que conforme Guerra (2009) é entendida como a propriedade da profissão que possibilita atender demandas e alcançar determinados objetivos pela objetivação das intencionalidades profissionais, ou seja, mais do que ação, é ação-reflexão-ação e que sempre se referenda numa direção social de profissão e a depender do modo contexto histórico, do modo de produção em vigência, das relações de poder que incidem sobre sua realização pode convergir para a construção ou para a alienação do ser humano genérico. Para o exercício profissional se manifestará em três níveis: a depender da sua funcionalidade ao projeto reformista burguês; a partir de sua peculiaridade, dos aspectos técnico-operativo que mobilizará e, como mediação possibilitando passagem de análises universais às singulares dos espaços de intervenção profissional. Por ser consciente, a atividade produtiva do homem revela a capacidade de antecipar mentalmente a ação que visa alcançar, não significando que a realização da ação seja exatamente o produto idealizado. A instrumentalidade constitutiva da profissão se propõe ao agir, e para isso o assistente social aciona conhecimentos, delimitando o campo da teoria e o da prática e sendo através dela, dessa propriedade da profissão que é possível tanto visibilizar e articular a unidade teórico-prática constitutiva do exercício profissional, partindo das demandas dos usuários que será o mobilizador de primeira ordem do exercício profissional.

[...] objetiva analisar a relação entre teoria e prática a partir da reflexão sobre a instrumentalidade do serviço social, trazendo para o debate a necessidade de compreender a profissão a partir da relação dialética entre suas três dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa. (CO 2014)



[...] a abordagem do cotidiano como espaço de construção histórica na produção de conhecimento e do fazer profissional, buscando-se a superação de visões fatalistas ou messiânicas da profissão. (CO 2016)

Nas comunicações orais do ENPESS, a instrumentalidade do Serviço Social se constituiu tanto como objetivo quanto mediação para a análise do exercício profissional, demonstrando diversas e singulares mediações que os profissionais apresentaram. A centralidade das análises e das discussões denotam que, para o exercício profissional, inserido em instituições, é central que sejam possíveis socializações de experiências com essa profundidade analítica que qualifica o exercício de forma imediata e o saber geral da categoria de forma mediata.

3. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS: ASSALARIAMENTO E RELATIVA AUTONOMIA

O trabalho se configura como o lócus da constituição do homem como ser social. Para Marx (2017), o trabalho é uma categoria especificamente humana, e diferencia o homem da natureza. Por meio do trabalho o homem desenvolve sua capacidade de projetar, criar e recriar; de transformar a natureza para atender suas necessidades, ao mesmo tempo que cria e recria outras necessidades. O trabalho é historicamente determinado, subordinado ao sistema capitalista, a reprodução e domínio material e político do capitalista. Para Marx (2017), há uma relação desigual entre o capital e o trabalho: o capitalista detém os meios de produção, compra a força de trabalho, detém o produto do trabalho e a produção da mais valia sobre o trabalho e o produto. O trabalhador vende sua força de trabalho por um valor estabelecido pelo capitalista, com quem tem pouca ou nenhuma chance de negociar seu salário e as condições nas quais este trabalho se efetivará. Contraditoriamente, o capitalista precisa da mão de obra do trabalhador, mas mesmo assim, submete-o ao desgaste físico, mental; altera os processos de trabalho – as atividades, os meios e instrumentos de trabalho, interferindo não somente na produção, mas também na vida do trabalhador. Desde modo, cabe dizer que o trabalho do assistente social, assim como o dos demais profissionais é historicamente determinado, subordinado ao sistema capitalista, a reprodução e domínio material e político do capital. As necessidades sociais vivenciadas pelos sujeitos decorrem do modo como o capitalismo vai engendrando e estabelecendo os caminhos da sociabilidade sob a lógica da burguesia. As contradições inerentes ao capitalismo, sustentam as desigualdades, a produção da riqueza e a acumulação; contraditoriamente, sustenta também o processo de pauperização tanto da classe trabalhadora como daqueles que se encontram fora do trabalho. O assistente social como



trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho majoritariamente para o setor público e sofre, como os demais trabalhadores, os rebatimentos da precarização das relações de trabalho. O assistente social tem no Estado o seu maior empregador, algo que pode ser afetado pela expansão das políticas sociais pós Constituição Federal de 1988. A referida Constituição inova ao estabelecer os direitos aos cidadãos na perspectiva da universalização e dever do Estado, através de um sistema de proteção social. Tais progressos no campo das políticas públicas proporcionaram a expansão e abertura de novos campos de trabalho para os assistentes sociais. Nesta direção, ocorre um reordenamento legal instituindo que as políticas públicas sejam organizadas sob a lógica dos serviços, programas e projetos, que passam a ser instrumentos de acesso aos direitos da classe trabalhadora. Nesta contenda, o assistente social é demandado a dar respostas qualificadas através das políticas públicas, necessitando para isso a realização da análise da vida social, que lhe possibilite entender as contradições presentes em seu cotidiano. A abertura destes espaços de trabalho ao assistente social apresentou elementos constitutivos da relação de produção e reprodução das relações sociais na sociedade, que afetam e condicionam seu trabalho. Contudo, o redimensionamento da profissão alicerçada numa perspectiva teórico-metodológica, permite ao assistente social situar-se nesta sociedade de classes onde os índices de precarização das condições de trabalho, de desemprego e exclusão social ganham contornos significativos, incorrendo diretamente na classe trabalhadora e no próprio fazer profissional do assistente social. Ao analisar o trabalho do assistente social, Iamamoto (2007) compreende que no desenvolvimento do trabalho deste profissional há uma clara tensão entre o projeto profissional hegemônico, que afirma a capacidade do profissional como um sujeito com uma prática social, com capacidade de projetar e concretizar tais projeções profissionais e a sua condição de trabalhador assalariado que estabelece limites às possibilidades do fazer profissional. No quadro de precarização das relações de trabalho impostas à classe trabalhadora e nela, ao assistente social, tal dimensão da prática é escamoteada, secundarizada como se sua importância não fosse fundamental para o exercício profissional. Essa realidade fragiliza a força interventiva do profissional e da profissão, possibilitando inclusive que suas práticas possam se fundamentar em noções do senso comum ou do pragmatismo (Guerra, 2009) que se vincula ideologicamente às metas e proposituras da sociabilidade do capital.

As comunicações orais apresentadas nos ENPESS, versam sobre as condições de trabalho, especialmente relacionados à precarização do trabalho e adoecimento do profissional demonstrando que tais situações acontecem junto à diversos universos de pesquisa a saber

As transformações contemporâneas impactam o mundo do trabalho, seus processos e sujeitos, provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, com novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social. (CO, 2014)



[...] desvelando a rotatividade, a insegurança, a flexibilização, a precarização que atinge seu trabalho, especialmente na requisição de atendimento de metas, em condições que conformam o adoecimento e que expressam a (in) capacidade de construção de respostas para seu enfrentamento no cotidiano profissional [...] (CO, 2016)

Entende-se que a eleição destes elementos para reflexão teórica, a publicização de experiências e pesquisas demonstram que tal realidade incide fortemente no exercício profissional e tem se configurado cada vez mais como objeto de debate, inclusive com diversidade de contextos, situações e vinculações a políticas sociais o que torna possível inferir que a problematização, reflexão e construção de respostas profissionais aos contextos de inserção profissional são importantes elementos para reflexão acerca das realidades postas ao exercício profissional em âmbito da pesquisa nacional. Conforme aponta Antunes (2015), a flexibilização das relações de trabalho encontra expressão na diminuição drástica das fronteiras entre a atividade laborativa e o espaço da vida privada, sendo não raro a invasão da primeira sobre a segunda, no desmonte da legislação trabalhista, na diversificação das formas de contratação da força de trabalho e no desemprego estrutural imposto a grande parcela dos trabalhadores. Nestes termos entende-se que, na atualidade, o processo de flexibilização das relações de trabalho potencializam a precarização destas mesmas relações. Como impacto da precarização das relações de trabalho no exercício profissional do assistente social, observa-se que atualmente se destacam os seguintes elementos: condições objetivas e subjetivas de trabalho diminuídas; assédio nas relações trabalhistas; estabelecimento de metas de produção, entendendo que o trabalho profissional se submete acriticamente às demandas do capital; exigências, no espaço de trabalho, de ações para além das atribuições e competências – como por exemplo, a gestão por metas, que sobrecarregam as já complexas demandas as quais o profissional é chamado a responder; vínculos trabalhistas precarizados, dentre outros. A lógica burocrática do trabalho quantitativo, imposta ao assistente social, em detrimento dos aspectos qualitativos, afasta o profissional do contato direto com a população, dificulta o estabelecimento de vínculos com os usuários dos seus serviços, e o desenvolvimento de ações continuadas privilegiando a atenção imediata às demandas postas nos campos ocupacionais. Outro aspecto importante diz respeito a possibilidade do duplo vínculo do profissional. Com a introdução pela Lei 12317/2010, no artigo 5º da Lei de Regulamentação Profissional que estabelece ser a duração do trabalho do assistente social de 30 horas semanais, há um ganho legal e histórico, positivo para fortalecimento das condições de trabalho do profissional. Por outro lado, e inversamente, tendo em vista as precarizações impostas ao assistente social visualiza-se que, tal garantia possibilitou aos profissionais buscar no segundo vínculo trabalhista uma forma legítima de conseguir a manutenção de suas necessidades objetivas, subjetivas e espirituais. Não há meios de estabelecer



correlação entre as afirmações, mas diante do quadro de precarizações, pode-se afirmar que a legislação abriu possibilidades para que profissionais pudessem buscar tal alternativa. Nesta condição de assalariamento, o exercício profissional se caracteriza também pela relativa autonomia. Os estudos de lamamoto (1992, 2007) indicam que as condições por meio das quais o trabalho do assistente social se realiza, são decisivas para configurar e reconhecer sua condição de assalariamento e a sua relativa autonomia. Esta relativa autonomia é marcada por várias determinações a saber: a relação de compra e venda do trabalho estabelecida no capitalismo; os objetivos e estratégias das políticas públicas e sociais que independem da participação dos trabalhadores destas políticas; as requisições impostas aos trabalhadores decorrentes das relações de coerção e controle do Estado e expressas nos programas, serviços e projetos das políticas sociais; os padrões gerencialistas que determinam a normatização do trabalho realizado, entre outras. Assim, sua atuação também passa a ser requerida ao que lamamoto (2015) definiu de um perfil de “trabalhador polivalente”, no qual é solicitado a realizar diversas tarefas ao mesmo tempo e com a mesma remuneração. Registra-se também que muitos assistentes sociais se encontram em condições precárias de trabalho, tanto no quesito material, como no físico. Outra questão relevante que se aponta na atualidade é a sobrecarga de trabalho a que muitos assistentes sociais estão sendo submetidos. Encontra-se ainda a pressão pelo cumprimento de metas, que se distribuem normalmente por mês: quantidade de pessoas atendidas, quantidade de benefícios concedidos, total de visitas domiciliares realizadas etc. Na realidade atual do exercício profissional os apontamentos de lamamoto (2015) contribuem para o entendimento do exercício profissional, quando analisa o privilégio da história, como sendo ela mesma a fonte de nossos problemas e a chave de suas soluções, sendo na análise crítica das demandas profissionais que podemos atribuir densidade histórica à(s) nossa(s) problemática(s). Nestes termos, é refletindo sobre o cotidiano profissional, sobre as mazelas, dificuldades e impedimentos impostos pela ordem social vigente que será possível, criticamente, construir respostas profissionais coletivas em um movimento de resistência da profissão às situações de adoecimento advindas das inúmeras situações de precarização das condições de trabalho. Para compreensão deste panorama lamamoto postula que, “[...] a leitura hoje *predominante* da “prática profissional” é a de que ela não deve ser considerada “isoladamente”, “em si mesma”, mas seus “*condicionantes*” sejam eles internos ou externos”. (2015, p. 94) Os condicionantes internos podem ser interpretados como os que dependem do trabalho, das ações desenvolvidas pelo próprio profissional, ao buscar competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativo para dar respostas à realidade que se lhe apresenta. Já os condicionantes externos, dizem respeito aos fatores externos ao profissional, como limites estabelecidos na própria política,



que não foram estabelecidos pelos profissionais mas, incidem sobre o seu trabalho, impondo ao assistente social a utilização de critérios seletivistas e focalistas que contradizem os valores profissionais estabelecidos no Código de Ética da profissão. Registra-se que a instabilidade empregatícia, para o caso específico dos assistentes sociais não concursados, acaba por apresentar-se como fator que dificulta e por vezes, inviabiliza questionamentos sobre regras estabelecidas institucionalmente que ferem o projeto-ético-político profissional. Além do exposto, nos campos ocupacionais, as relações de poder também imprimem um caráter que relativiza a autonomia do profissional. Neste âmbito, torna-se inegável que os assistentes sociais estão expostos em seu cotidiano a contradições e conflitos, circunscritos entre a materialização do seu projeto profissional, versus as demandas institucionais típicas de uma sociedade capitalista que visa o pleno domínio do homem e sua reprodução ampliada. Ainda sobre isto, apresenta-se como imperativo à profissão, a intervenção fundamentada teoricamente, garantindo assim que a qualidade nas ações seja alcançada, implementando o estabelecido no inciso X do Código de Ética do Assistente Social: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Tal compromisso se apresenta determinante no que concerne a definição de ações, atividades e dos instrumentais técnico-operativos dos quais o assistente utiliza em seu cotidiano, e por meio da execução do seu trabalho, vê a possibilidade de imprimir novos rumos ao exercício profissional. Assim

A análise possibilitou o reconhecimento das atividades desenvolvidas com os usuários; o trabalho em equipe e as condições de trabalho do profissional. Identificou-se que as atividades são [...] determinadas tanto pelos gestores, como pelos impactos decorrentes da complexificação das expressões da “questão social” (CO, 2016)

[...] as tendências e perspectivas de atuação profissional, partindo da hipótese que o exercício profissional sofre uma forte influência do pragmatismo, devido à lógica gerencial e produtivista norteadora das políticas sociais. (CO, 2014)

Analisando o conteúdo expresso nas comunicações orais, os autores identificam as ações a partir das condições objetivas do trabalho, e na relação direta com os usuários. A análise acerca do exercício profissional do assistente social não pode ser dissociada do modo como os profissionais expressam seus saberes e fazeres. Quanto às atividades, identificou-se também que estão diretamente relacionadas ao que está estabelecido como competência na Lei de Regulamentação da Profissão, mas responderá também ao direcionamento proposto nas políticas públicas e sociais. Serão ressaltadas ações de atendimento direto aos usuários, expressas no atendimento individual, no atendimento domiciliar, nos encaminhamentos à rede de serviços e na orientação social. Outro conjunto de ações está relacionado a organização, administração de benefícios e gestão de serviços, demonstrada no planejamento e avaliação de programas e projetos, no gerenciamento de recursos e



benefícios sociais, na assessoria e consultoria. Outras ações voltadas a participação nas instâncias de controle social, por meio das quais os assistentes sociais participam dos conselhos de direitos, de órgãos gestores, favorecendo a democratização das informações sobre as políticas públicas e sociais e dos direitos humanos e sociais. Outro ainda as ações voltadas a formação profissional, com ênfase na supervisão acadêmica e de campo, voltada aos alunos estagiários, e, as ações de pesquisa com vistas a produção do conhecimento. No que concerne ao trabalho do assistente social, percebe-se ainda entre os profissionais a tendência de reconhecer os instrumentos técnico-operativos como a própria atividade profissional. O assistente social em seu cotidiano de trabalho, conta com infinitas possibilidades de intervenção profissional, que passam a requerer deste profissional o domínio de um repertório de instrumentos técnico-operativos, colocando em xeque sua capacidade criativa e propositiva, ao saber manipular as técnicas já existentes, bem como recriá-las. Alguns dos instrumentos mais comumente utilizados pelo assistente social são: a entrevista; a visita domiciliar e institucional; a documentação; a observação; a reunião; o levantamento sócio econômico, entre outros.

Assim se pretende demonstrar que não há instrumentos e/ou técnicas específicas e sim escolhas profissionais adequadas à realidade social do objeto de trabalho, tendo como base o arcabouço legal que orienta a profissão. (CO, 2014)

[...] Verificaram-se fragilidades tanto no uso de instrumentos e técnicas, como na apreensão da relação teoria e prática, além de dificuldades em compreender a instrumentalidade [...] (CO, 2016)

Os instrumentos técnico-operativos, apresentam-se como ferramentas de trabalho do assistente social mais frequentemente utilizadas em diversos momentos e espaços ocupacionais. Sua utilização pressupõe uma preocupação ética por parte dos profissionais que se revela na preservação do sigilo e da confidencialidade das informações; respeito a condição social dos usuários; a escolha das informações que serão coletadas; a eliminação de atitudes de preconceito por parte dos profissionais. Contudo, cabe ao assistente social empregar estes ou outros instrumentos e direcioná-los conforme capacidade teórica e analítica para o alcance de uma intervenção competente. Caso contrário, incorre-se no risco de uma prática esvaziada, repetitiva, paliativa, desconectada do projeto ético-político da profissão. Contudo, o Serviço Social ao afirmar-se na sociedade como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, apresenta um caráter político de atuação, que, aliado a um rigor teórico-metodológico e a processos coletivos, o possibilitam criar estratégias para a condução de suas atividades, desvendando canais de participação e luta por direitos. Desta forma, reconhece-se como importante a promoção de discussões na categoria que abarquem as condições reais de trabalho dos assistentes sociais na atualidade, impulsionando da mesma maneira, a produção de conhecimento sobre o tema,



cuja ação pode desencadear a reflexão sobre os processos e estruturas sociais, circunscritos na direção social da profissão, aliada às lutas da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura e análise das comunicações orais possibilitou identificar um panorama acerca das produções sobre o trabalho profissional. A análise dos marcos legais vai indicar a necessidade de tomar a lei de regulamentação da profissão como essencial para reconhecer as competências requeridas aos assistentes sociais. Outro aspecto importante é a confirmação de que as condições de trabalho e assalariamento dos assistentes sociais incidem decisivamente sobre o modo como estes profissionais planejam e executam seu trabalho. Nota-se também que as atividades realizadas tendem a responder às requisições impostas nas políticas públicas e sociais, mas é nítida a preocupação dos profissionais em evidenciar os interesses da classe trabalhadora, reconhecendo na perspectiva dos direitos uma possibilidade de assegurar o acesso da classe trabalhadora as possibilidades de atendimento de suas necessidades humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz T.; ALENCAR, Mônica M. Torres. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. In: **O Social em Questão**, n. 34. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2015, p. 161 – 180. 27/03/2019 Formatação dos artigos para publicação nos anais file:///D:/trabalhos_finais/01874.html 9/10
- ANTUNES, Ricardo. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. In. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 123. São Paulo Cortez, 2015, p. 407- 427
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 7ª ed. 1ª São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In Santos, Claudia Monica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.). **A dimensão técnico operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. 2ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez: 2015.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo, Cortez, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2017
- NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 50, ano 17. São Paulo: Cortez, 1996.
- XAVIER, Arnaldo; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Reflexões sobre a prática profissional do Assistente Social: relação teoria-prática, historicidade e materialização cotidiana. **Revista Textos e Contextos**. Porto Alegre. v. 13, n. 2, p. 355-365, jul/dez. 2014.